

EM DEBATE

NOSSO ENSINO

Na década de 50 a escola pública era considerada a "forte". Crianças das classes alta e média conviviam com as mais pobres nas mesmas salas de aula. O ensino tinha seus defeitos, mas era levado a sério. A escola particular, quase sempre religiosa, era uma opção para pais que podiam pagá-la e nelas estudavam crianças que não acompanhavam bem o currículo da primeira ou de famílias que queriam instrução religiosa ou que recorriam aos internatos, já que nem todas as cidades tinham o primário, ginásio e colegial (1º e 2º graus da época) completos.

Passaram-se os anos. Escolas particulares e públicas se multiplicaram. Mas, enquanto os pais passaram a dar maior importância à educação, com isso aumentando a procura de escolas, o governo autoritário dos últimos 20 anos deu-lhe total descaso. As verbas escassearam, o salário do professor tornou-se irrisório. O ensino público se deteriorou. No Brasil do "milagre" havia lugar para as crianças — da classe média e da alta — nos colégios particulares. E a escola pública fi-

cou, com raras exceções, para os pobres. Então veio a crise. Com ela, o desemprego, a miséria, a violên-

cia. E a escola pública, já tão cheia de problemas, foi atingida por mais um: a violência também se ma-

tricolou nela. Invadiu seu pátio, entrou sala de aula adentro, tomou conta dos banheiros, intimidando

professores, alunos e funcionários.

Atingida pelo achatamento dos salários, a clas-

se média cortou os superfluos primeiro. E, finalmente, premida pela necessidade, passou a tirar suas crianças da escola particular. Foi uma decisão difícil e muitos pais sentiram-se culpados. Não estariam, com isso, comprometendo o futuro dos filhos? Essa dúvida, essa incerteza, naturalmente foi passada às crianças, mesmo inconscientemente. E a nova escola é um duplo sofrimento: mudança que as crianças não gostam e mudança para pior... O choque é grande: o prédio é pobre; os banheiros, sujos; os vidros, quebrados; os professores faltam; o currículo não é cumprido; o diretor não aceita queixas, não admite reclamações.

Como é possível reverter a situação? Como voltar aos velhos tempos? O SF convidou seus leitores a dar idéias e fazer suas críticas. Muitas cartas chegaram e foi feito um debate em torno dos problemas apontados. Esse debate, assim como o depoimento de uma mãe que optou pelo ensino público e o de suas duas filhas que enfrentaram essa situação estão hoje aqui.



Pelo SF participaram do debate a editora Maria Lúcia Fragata Helena e Berenice Santos Guimarães.



Lara, 12 anos.



Marcia, 11 anos.



Cristina Almeida, representante da secretaria Municipal de Educação



Ninfa Sipavicius, pedagoga, advogada e mãe das duas crianças que participaram do debate.



Luís Roberto da Silva Castro, presidente do Grupo Associação de Escolas Particulares.



Mirian Jorge Warde, coordenadora da Cogesp e representante do secretário de Educação do Estado.



Gumerindo Milhomem Neto, presidente da Apeosp.



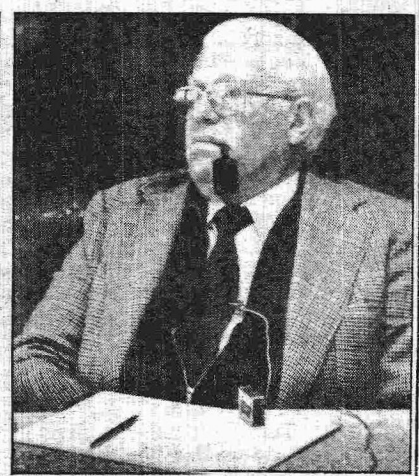
Anadir Nogueira, diretor do Sinpro.



José Leopoldino de Azevedo, presidente do Sindicato dos Professores.



Chafic Jábali, presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino



Hain Gruspun, psicólogo, médico psiquiatra e advogado.

Márcia: Quando entrei na escola pública não gostei dos meninos. São muito respondões. E dos banheiros. O dos meninos até fede. Há muito roubo também — um garoto tirava as canetas das meninas no recreio. Depois, na classe, uma carteira de nylon.

SF: E o que a professora faz, nesses casos?

Márcia: A gente reclamou e ele foi suspenso. Esse menino já é freguês da diretoria, mesmo.

SF: E, quanto ao ensino, você o achou diferente?

Márcia: Não muito. Só não gosto de certas professoras. Por exemplo, a de Geografia. Dá um "montarê" de coisas para estudar mas pede pouco na prova. Faz seis perguntas. Se ao menos fossem dez...

SF: Até que ano estudou em escola particular?

Márcia: Até a segunda série do 1º grau. Agora estou na 5ª.

SF: Você sentiu uma diferença muito grande entre a 2ª série e a 3ª? Que tipo de professoras você teve?

Márcia: A da 2ª era boa. E a da 3ª um anjo.

SF: Por que era um anjo? Ela ensinava ou tratava-a bem?

Márcia: Me tratava e ensinava bem. A de Matemática, hoje, pode ser boazinha, mas não explica quase nada.

SF: E, quando não entende, você faz perguntas? E ela ensina de novo?

Márcia: Ensina, mas se a classe estiver fazendo bagunça, mesmo eu estando quieta, ela não repete a explicação. Ela e outras olham a classe inteira, no geral.

SF: E aí quem não aprendeu acaba prejudicado. Mas você não poderia reclamar disso? Não existe uma coordenadora que ouça sua queixa?

Márcia: Existe. Mas ela falta e é chata. Não adianta.

SF: Agora, você, Lara, que estudou até a 3ª série na escola particular e depois foi para a pública. Sentiu as mesmas diferenças?

Lara: Logo nos primeiros dias, eu não senti, mas, agora, o que acho de errado na escola é, por exemplo, aquele negócio de faltas. Os meus professores são muito folgados. Faltam na quinta, na sexta. Não se preocupam se vão ensinar tudo no ano. Não repõem faltas. Param muito tempo numa mesma matéria. E a representante de classe, que pode reclamar, é escolhida meio no chute. A diretora é quem escolhe. Só há um partido para o grêmio, a diretora é quem escolhe as crianças, as atividades da 8ª série.

SF: Quer dizer que a escola é da diretora, não de vocês?

Lara: Sim.

SF: Bem, se você fizer uma reclamação para a representante, ela passa para a diretoria do mesmo jeito ou não?

Lara: Depende da representante. A da minha classe até que não é ruim. Mas acho que pelo menos as crianças da 8ª série deveriam escolher a sua. Também não gosto dos banheiros sujos, sem papel higiênico...

SF: E, dentro da classe, o material didático é bom? Os professores têm mapas, etc.? Vocês têm laboratório?

Lara: Mapas... isso tem. Laboratório, não. Outra coisa errada: uma vez acharam escrito no caderninho de frequência "vai se danar" e a diretora deu suspensão pra classe inteira só por causa disso. E quando há prova no dia da suspensão ficam todos com zero.

SF: Você acha diferença entre suas colegas da escola pública e as da particular onde estudou?

Lara: Não. Nem os meninos. As diferenças são muito pequenas.

SF: Nessa escola estadual o ensino é mais fácil ou mais difícil do que na outra?

Lara: Não senti diferença. Não tem matéria mais difícil ou mais fácil. Tem a ver com estudar pra prova, como na escola particular. Ou fazer trabalhos, lições. As vezes uma matéria difícil num ano, no outro parece mais fácil. Não sei bem explicar o porquê.

Luis: Você tem amigos que estudam em escolas particulares?

Lara: Tenho uma amiga, primos, filhos de amigos de minha mãe.

Luis: E como eles enxergam a escola pública?

Lara: Tem uma, a Dialê, que só fala mal. Diz que nunca estudou e não quer

estudar porque é ruim. Acho que é porque a mãe é professora em uma escola da periferia e ela se baseia nisso. Diz que deve ser ruim, que não tem "as coisas", que ela não vai se acostumar.

Cristina: Você se sente bem numa escola pública?

Lara: Eu vou pensar.

Leopoldino: Você gostaria de voltar pra escola particular?

Lara: Acho que sim.

Cristina: Diga um ponto que gostou na escola pública. E que não apreciava na escola particular. Compare as duas.

Leopoldino: O professor da rede particular tratou você melhor do que o da pública? Era mais educado?

Lara: Bem, na particular os alunos eram poucos... E depende muito do professor. Existe professor ruim e bom em todos os lugares.

Cristina: Quando suas amigas falam mal da escola pública pra você, qual é sua reação?

Lara: Reajo tentando falar bem. Digo que não é bem assim. Conto alguma coisa de bom da escola.

Anadir: E por que você defende a escola pública?

Lara: Porque é a escola em que estudo. Não gosto que falem mal dela.

SF: E existe — Márcia — alguma coisa que você adora, em sua escola?

Márcia: Acho que tem professores que eu adoro. Se fosse para mudar de escola e nunca vê-los, acho que não ia aceitar, não! O ensino lá é bom. A única coisa ruim são alguns professores. Minha amiga não acredita nisso. Se chegar um dia a precisar da escola pública, será pior para ela. E o ensino é até melhor que o da escola dela, pelo que me conta e o que eu vejo nos seus materiais.

Lara: Ela está inventando! A escola não é ruim, não!

Márcia: Não é! Eu acho ruim e falo o que eu quero, ora!

SF: Tudo bem, sem repressões... Pelas cartas recebidas, as mães acham que a mudança, seja de particular para pública ou de particular para particular, é sempre problemática. A criança precisa ser preparada para enfrentar a situação. Acho que as duas dão um exemplo de adaptação e, pelo jeito, boa. Uma diz que gostaria de voltar; a outra já tem suas dúvidas, por causa de bons professores.

SF (para a mãe): O que a senhora achou disso tudo?

Ninfa: Primeiro devo fazer uma declaração importante, pois tenho "preconceito pró-escola pública". Estudei numa, sou profissional dela; fui professora da rede e agora leciono na USP. Minhas filhas só foram para a escola particular porque mãe que trabalha tem que pôr suas crianças muito cedo no colégio, e não existe escola pública tão cedo quanto ela precisa. Assim, a gente matricula na particular e, depois, fica justamente com receio da transição. E elas vão ficando, ficando e ficam! Só que a escola delas estava numa Zona Um e foi fechada. Aí, já mudei para a pública mais próxima de casa, onde estão até hoje. No início gostaram mais da pública que da particular.

Lara: Sabe do que gostei mais? Aquela escola tinha poucos alunos. Todo mundo se conhecia demais. Eu sempre quis ir para a outra, só porque lá usavam avental. Mas, depois, gostei porque tinha mais alunos, mais professores. Só depois de uns seis meses é que notei diferenças.

Ninfa: Elas passaram a sentir a repressão, que é maior numa escola pública, inclusive por ser maior. E a anterior era montessoriana, com um clima de grande liberdade. As meninas têm problemas de troca de letras. Na escola particular, conseqüi que não fossem retidas por isso. Ti-

veram tratamento de fono, etc. e tal. Mas, numa escola pública certamente não conseguiria isso. Seriam retidas na 1ª série anos e anos, perdendo a motivação para estudar. Essa compreensão que a gente tem numa pequena escola particular provavelmente não teria numa pública. Assim, quando entraram nesta já estavam mais adiantadas, e uma virtual retenção pesaria, mas seria melhor aceita. E a escola delas, mesmo sofrendo os problemas que toda escola pública sofre e que tem a ver com as verbas, etc., é uma das mais limpas da região. Mas, por motivos óbvios, ainda não tem o nível de higiene de uma particular. A verba é sempre menor que a necessidade. A escola fica na Lapa, portanto a APM — Associação de Pais e Mes- tres — é de um bairro da classe média para a alta. Se for comparada a uma de periferia, é uma APM poderosa. Mas a escola pública deveria manter um nível de limpeza coerente com as necessidades das crianças, não com o poder aquisitivo de seus pais. A luta deve ser para que

todas as crianças da rede pública tenham aquela escola que a gente quer para os filhos da gente e não só para quem possa pagar por isso, através das APM.

Anadir: A escola pública foi uma opção consciente que a senhora assumiu?

Ninfa: Foi.

Anadir: Acredita que essa escola pública dê aos seus filhos condições de disputar um lugar numa faculdade?

Ninfa: Quem decide ou define a condição da criança é muito mais sua família

do que a escola. Quando o grosso dos alunos tem famílias de maior nível cultural, a escola acaba "puxando" mais por eles. É uma interação. É uma coisa de dupla mão, não de mão única. O professor consciente até constrói, sente-se gratificado de modelar e fazer a criança "florir". Mas são os melhores formados, os mais bem dotados, que não são a maioria. Numa escola bem localizada não existe problema. Agora, se eu tivesse que colocá-las numa de periferia, provavelmente me sacrificaria e pagaria uma particular. Contudo, na escola em que estão, o nível equivale ao da escola que deixaram. Nessa época, aliás, eu fazia pesquisas. E fiz uma com escolas de periferia. As atitudes dos professores, o discurso, a postura eram exatamente idênticos à escolinha montessoriana em que elas estavam, onde os professores eram até mais repressivos.

Lara: Uma coisa: minha mãe tinha dito que, para ela, era melhor ficar no estadual no 1º grau do que no 2º, porque no 2º, preferia mesmo a particular.

Ninfa: Depende também. Se eu achar uma escola pública de 2º grau de bom nível, ponho-as nela mesmo.

Leopoldino: A sra. acredita que há uma preferência normal, natural, do pai colocar seu filho numa escola particular?

Ninfa: Não. Não acredito que a tendência seja essa.

Leopoldino: Então as estatísticas provam o contrário...

Ninfa: Acontece o seguinte: o que a escola pública foi ou está sendo é uma coisa. O que poderá vir a ser é outra. Vai melhorar ou piorar, dependendo do que fizermos para isso. Penso que se a classe média fugir dela, sistematicamente, será muito difícil melhorá-la. Acredito que classes heterogêneas, em todos os sentidos, são mais benéficas para o desenvolvimento da criança. Que a mistura entre fracas e fortes de diferentes níveis culturais e intelectuais enriquecerá todas.

SF: As mães e professoras que escreveram têm outra opinião. Dizem que essa mistura prejudica os que têm maior potencialidade, pois o professor sempre nivela por baixo.

Ninfa: Esse é um defeito do professor

que trabalha "em bloco" com a criança. Porque de outro jeito seria mais difícil para ele ensinar. Mesmo na escola particular, trabalha-se assim, ainda que a classe tenha apenas 11 alunos. O professor trabalha em massa e a criança reage, não querendo ser diferente.

Leopoldino: A senhora lecionou em escola particular?

Ninfa: Sim, mas por muito pouco tempo.

Leopoldino: Então falta-lhe a experiência nessa área. Mesmo com uma visão ampla de como se comporta a escola particular, falta-lhe o conhecimento profundo do que é ser um professor dela. Ele é muito cobrado.

Ninfa: Como mãe, eu sei como a gente cobra e qual a resposta à cobrança, tanto num caso como no outro. É evidente que a resposta da escola particular, principalmente pela direção, é mais pronta e aberta, se a queixa for legítima.

Cristina: A escola particular tem que manter sua característica e por isso se resguarda. A participação dos pais não é de nível pedagógico, mesmo porque ela perderia totalmente sua linha se as mães atacassem de pedagogas, por exemplo.

Gumercindo: Poderia-me esclarecer melhor sobre sua posição pró-escola pública?

Ninfa: Defendo-a, mas ponho a particular como opção. Por exemplo: um pai profundamente religioso quer que seu filho seja formado dentro de sua linha. Então, a alternativa será uma escola particular. Minha defesa é por uma escola pública melhor, a melhor possível! Quero que o pai não seja forçado a procurar a particular, porque a outra é imprestável!

Chafic: Se a senhora morasse em Itaquera ou numa periferia distante, colocaria suas filhas numa escola pública?

Ninfa: Conheci dez escolas públicas da periferia, em Itaquera inclusive. Embora carentes, algumas eram excelentes. Nisso entra o que os leitores falaram: a figura do diretor é importantíssima. O mal é que existe uma mudança constante em todo o pessoal, que entra pela periferia, porque lá estão as vagas. Mas, não sendo a escola próxima de sua casa, muda-se assim que pode. A Secretaria da Educação dá o treinamento de recursos humanos. Mas é um poço sem fundo. O funcionário acaba de ser treinado e já está mudando de lugar. É certo que leva o que aprendeu para outro local, mas... quando se cria raízes é que se pode adquirir experiência, ir mudando, melhorando, ampliando. Nunca se chega à formação de um núcleo de trabalho que vá conhecendo e superando as dificuldades.

Gumercindo: Acho que é mais fácil existir um bom quadro de pessoas na escola pública de periferia do que numa particular, no mesmo local.

Leopoldino: Então, pergunto: como se justifica a enorme preferência dos pais, em geral, pela escola particular?

Ninfa: Terei de procurar uma escola de 2º grau para elas, pois a que frequentam é de 1º grau. Se tiver condições para colocá-las numa das melhores, tudo bem. Porque não basta ser particular para ser boa. Existem desde aquelas que — até pelo custo — não podem ter uma pública equivalente até as fabriquetas de diplomas. E nessas eu jamais as matricularia. E, entre uma particular, média, e uma pública razoável, fico com a última. Porque elas dependem de tratamento especializado e, se fossem para uma escola paga, eu teria de gastar o dobro, pois só a escola não resolveria seus problemas.

Leopoldino: A pergunta que eu fiz não foi essa.

Ninfa: A competitividade no 2º grau é maior e há um problema muito sério no ensino público. É o falso entendimento do nosso professor a respeito do que é profissionalismo. E quando ouço essa alegação tenho vontade de bater na cara do professor: "Ganho pouco e dou aulas pelo salário que eu ganho". Então, não dá uma aula, dá uma aula vagabunda. Profissional que se pressa faz um bom trabalho independente do preço e, se não está satisfeito, muda de emprego. Se o ensino particular rende mais, que vá para ele e pronto. Isso está se difundindo e não é forma de lutar. Quem sabe dar aula sempre dará uma boa aula.

Anadir: Se esse procedimento está difundindo-se dentro do Estado, a senhora

"...As classes são heterogêneas e têm alunos demais, havendo desde os que têm um rendimento superior à média até aqueles com dificuldades motoras, que não apresentam nenhum rendimento, ficando todos desmotivados..." Deize O. Garcia, São Paulo; Capital.

reconhece que está havendo uma involução, que o ensino está enfraquecendo. A observação é sua, não minha.

Ninfa: Certas coisas devem ser feitas a nível de administração para sanar isso. O problema da falta do professor é concreto, acontece mesmo. É possível que esse exagero de faltas tenha começado com a queda da licença-prêmio. Por outro lado, as sanções contra elas são poucas.

Anadir: Então é preciso premiar para que haja boa produtividade?

Ninfa: E na escola particular? Vocês não premiam, mas castigam...

Luís: Estamos discutindo, à toa, se somos contra a escola pública ou contra a particular e procurando os defeitos das duas. Devemos analisar o que aconteceu com ambas. Quando eu tinha a idade de Lara, estudei em escola pública. Com a desculpa de que era elitizante, nos anos da revolução, ela deixou o professor de lado e passou a ampliar e massificar o ensino. Ele, que era o elemento primordial da escola, teve o salário violentamente achatado. Lembro-me de que um professor, naquela época, recebia o mesmo que um promotor. Então, basta comparar o que ganha cada um desses profissionais, hoje, para conhecer a defasagem. Hoje, eu represento a escola particular pequena, que também ficou relegada nos últimos 20 anos, que surgiu das escolas de aplicação, dos colégios vocacionais e experimentais. E que passou a substituir em qualidade, junto com os grandes colégios tipo Bandeirantes, a escola pública que teve o privilégio de frequentar. Acho que devemos usar os bons exemplos do ensino particular como referencial para exigir que o ensino público chegue nesse mesmo nível. Isso acho válido.

Mirian: Eu aceitaria o ponto de partida do Luís para tratar a relação escola particular/escola pública. Quer dizer, qual a história disso. E retomaria a colocação da Ninfa, neste aspecto: quando ela defende a escola pública, está defendendo o direito de todos a uma escolaridade universal gratuita. Eu defendo essa perspectiva também: a escola é um direito de todos e uma obrigação do Estado, mantendo os termos da Constituição atual, dos 7 aos 14 anos. E podemos discutir, às portas da Constituinte, a extensão da escolaridade como obrigatória, universal e gratuita a todos. Esta posição, mais correta do ponto de vista histórico, não significa a eliminação da escola particular, mas a obrigação do Estado de dar à população uma escola pública universal gratuita. Outro ponto é a questão dos recursos para ela. Se é ao Estado que cabe a obrigação de oferecê-la a todos, obviamente isso quer dizer recursos para se fazer uma boa escola pública e uma remuneração condigna a todo o professorado. E estou à vontade nessa discussão até porque estudei na escola pública e na particular, dei aulas nas duas e agora estou na Coordenadoria do Ensino da Grande São Paulo, que lida com ambas. Temos escolas e escolas particulares. O que diferencia a rede pública da particular é que a primeira tem uma mesma gestão. E a particular, por mais que se congregue em entidades, é feita de unidades com características próprias. E, pelos meus levantamentos, 80% dessas são de má qualidade. São escolas que, literalmente, vendem diplomas.

SF: De 1º e 2º graus?

Mirian: Em escolas de 2º grau e ensino superior, a regra era ensino de má qualidade e nenhuma consideração pelo professor. São muito mal remunerados e despedidos a qualquer momento. Também já dei aulas em escolas particulares péssimas, onde a consideração pelos alunos é zero. Agora, entre os 20% que sobraram dessa pesquisa, entre escolas de 2º grau, temos dois tipos. Aquelas chamadas alternativas (às quais o Luís se referiu), nascidas no auge da repressão, em que professores de mentalidade mais aberta e perspectiva política mais avançada juntaram seus recursos para montarem-nas. Mantêm-se relativamente pequenas, dão um atendimento muito bom do ponto de vista qualitativo e têm, por alunos, filhos de intelectuais de uma certa camada social. Essas escolas respondem às preocupações político-sociais dessa clientela. O outro tipo são as grandes escolas, de nome e tradição, que datam até do início do século. Têm vistas para uma formação de conteúdo sólido, de regras disciplinares rígi-

das e o objetivo do 2º grau é, efetivamente, pôr (e põem) o grosso de seus alunos na universidade. Agora, quanto à escola pública: insisto na questão prioritária dos recursos do Estado na rede pública até para poder dar a ela o mínimo, como banheiros limpos e papel higiênico, além dos recursos materiais que estamos, tentando oferecer, depois de 20 anos de péssima administração do ensino público. Precisamos reconstruir a escola que foi dilacerada. Precisamos lotar o diretor, o professor, dar a este uma jornada de trabalho digna e criar mecanismos nos concursos para que possa ficar mais ou menos próximo de sua residência. Tudo para construir uma rede pública, de caráter popular, para essa periferia onde o grosso da população só tem condições de acesso à escola pública. Que sequer discute que escola, pública ou privada, quer. Quer, apenas, uma escola gratuita e de boa qualidade.

Chafic: Não posso, de jeito nenhum, concordar com a senhora quando diz que a escola particular é mera vendedora de diplomas. Ela exerce, na educação, um trabalho tão importante quanto a outra.

Mirian: Afirmei que 80% das escolas privadas deste Estado tinham, como característica, o teor mercantil. Não é uma conjectura minha; é um estudo meu.

Chafic: Seu levantamento está errado. Concorro que a escola particular tem uma finalidade de lucro porque precisa dele para reinvestir na educação, daí sua qualidade de ensino ser melhor. Não vamos argumentar com exceções ou não chegaremos a lugar nenhum. No meu modo de ver, ela é melhor por uma questão de estrutura. Não é nem a baixa remuneração dos professores. É um problema apenas administrativo. Não consigo ver bem administrada uma escola isolada, onde o diretor não pode escolher seu professor, não pode trocá-lo, não tem o mando sobre o pessoal da limpeza, que é da APM. O diretor recebe o professor designado pela Delegacia do Ensino. Se for bom, ótimo. Senão, terá uma classe deficitária até o final do ano. Hoje não há grandes diferenças entre os salários do professor da rede pública e da privada. Então, por que seu rendimento é maior na particular? Se a Secretaria da Educação der maior autoridade ao diretor da escola — aquele que está vivendo seu dia-a-dia, em contato direto com os problemas, com os professores, os alunos e suas famílias —, tenho a impressão que o ensino público começará a melhorar. Gostaria que ela tivesse uma qualidade tão boa quanto a particular, que hoje é uma opção da família, do aluno. A Secretaria da Educação está cansada de dizer que tem vagas, alunos é que faltam. Ora, se o pai prefere pagar para o filho estudar — pelo menos é o que apregoa a Secretaria — não tenho nada com isso.

Mirian: Eu gostaria de corrigir — a Secretaria não tem declarado ociosidade. Tem declarado o inverso — que os anos de descuido em termos de ampliação estão gerando um atendimento difícil em relação à demanda. Eu mesma fui, publicamente, a grande defensora da instalação, neste ano, do quarto período, exatamente porque não há ociosidade.

Cristina: Eu gostaria de dizer que acho a questão da Educação no Brasil muito maior do que, como disse o colega, "mudar de escola para passar no vestibular". Esse é um aspecto menor e, diria mais, sem grandeza. Acho que a entrada da classe média na escola pública cria possibilidades, muitas possibilidades. Mas me preocupa pensarmos na escola pública procurando para ela modelos da escola privada pois, aí, não daríamos conta. Com os recursos que temos não conseguiremos

"...A professora, sem culpar diretamente a escola, mostrou-me que a estrutura do ensino público, por si só, excluía crianças com problemas e que se eu quisesse ajudar a menina deveria transferi-la de lá."

Maria do Carmo de Souza Nogueira, São Paulo, Capital.

padrões de excelência, em termos materiais, como talvez uma boa escola particular. Temos que inserir esta escola dentro do Brasil, um país de grandezas e misérias. Assim, não imagino que o padrão da escola pública possa ser o mesmo de um Bandeirantes, de um Rio Branco. Acho interessante e estimulante a ida da classe média para escola pública, pois tem um poder de pressão maior e pode exigir um padrão melhor de ensino. Mas que não queira impor um modelo seu. Seria uma forma espúria de expulsar as crianças da classe menos favorecida que, a duras penas, entraram na escola pública.

SF: Nossas leitoras não se queixaram de que o ensino público é fraquíssimo. Disseram que é fraco por razões que, achamos, são fáceis de ser corrigidas. Uma delas é que os pais não são ouvidos. Então, perguntamos: de que forma pode se chegar aos professores, ao diretor? Depois, ao invadir a escola gratuita, a classe média está levando sua experiência no convívio com a particular. Por exemplo:

quando uma criança não vai bem num colégio desses, o pai é chamado, informado e instruído — leve seu filho ao oculista, ao psicólogo, ao fonoaudiólogo, etc. O pai obedece, o defeito é descoberto e sanado. A criança tem um apoio por trás. Esse tipo de coisa a classe média vai levar para a escola pública. Mas, se o professor não procurar o pai... como é que este vai saber? Tudo melhora se puder ser criticado. Agora, se as mães não podem — ou temem, como as

leitoras que chegaram a escrever: "Não dêem meu sobrenome pois não quero que meu filho sofra represálias" — então... O que é que o Estado pode fazer quanto a isso? E perguntaria, ao professor Hain, o que acha disso?

Hain: Não represento nem secretaria nem ensino privado. Sou psicólogo, sou psiquiatra. Tenho o privilégio de conversar com crianças, ouvi-las, entendê-las e dizer publicamente que as crianças têm o que dizer. Nós começamos o debate ouvindo as crianças, e depois passamos por cima do que nos informaram. Aí está nosso defeito de adultos. Elas sabem exatamente o que está acontecendo. Estão refletindo e refletiram aqui o que ouvimos em todos os lugares. Trabalho numa clínica periférica, das mais periféricas, que é o Sedes Sapientiae, para onde são encaminhadas crianças pobres, com dificuldades familiares. E tenho uma clínica sofisticada, com clientes de alto poder aquisitivo. Só atendo crianças, adolescentes e jovens. E eles me dão uma imagem do que é o ensino. No primário, todas as crianças são felizes. Todas estão bem, seja no ensino privado, seja no público, porque as professoras são dedicadas, são maternais, vão de peito aberto e suas crianças as adoram. Mas na 5ª série pulverizamos nosso método. (Publiquei um livro sobre os direitos da criança, onde disse que elas têm direito a um método.) E sete a dez professores ensinam. Aí começam os problemas, pois os professores não estão mais ligados à criança, não estão preparados. Deveriam ter mais alguns anos de ligação. Assim é que eu faria um projeto para melhorar a educação. Não tem importância se é privada ou pública, desde que centralizada naquilo que é o maior problema da criança, e no que ela precisa para se transformar num cidadão, ter direito à democracia e entender o que está acontecendo. Na rede pública a violência é um problema seriíssimo. A criança foi, realmente, receptadora da violência da nossa sociedade e o autoritarismo que penetrou na escola pública é a reprodução do regime desses anos. As diretoras são severíssimas, onipotentes, poderosas, oniscientes de antemão, antes de assumirem. Os diretores da

escola privada são mais flexíveis por força da clientela que têm. Estou falando em nome dos jovens. Porque vem a mim um garoto que está no melhor colégio, quer fazer medicina e treme nas pernas: "Faço ou não faço o cursinho?" Mesmo no melhor colégio ele acha que, se não fizer o cursinho, não passa. E não entra mesmo. Então, não adianta discutirmos se um ensino ou outro é que está melhorando o status, a situação, a ambição, a busca, aquilo que a criança está precisando. Tenho acompanhado a periferia. Nasci e me formei no Bixiga, em escola pública. Três da turma fizeram carreira. Os outros foram pulverizados porque não podiam frequentar a escola descalços... Sou mais velho que o professor Luís, me formei na escola primária em 37. Mas quero colocar as queixas atuais das crianças da escola pública sobre a violência. Se estão hostilizando a porta, os vidros das escolas, é porque estão insatisfeitas. A minha proposta é que se faça um investimento social na escola, em nosso Estado ou, pelo menos, na cidade de São Paulo. E transformá-la numa "escola de dia inteiro". Mudamos tudo. É um investimento social num Brasil futuro, que começamos agora. A escola pública tem que mudar para dar uma assistência de nutrição e de aprendizado à criança. Esse seria um outro modelo e digo a vocês que pode ser feito, perguntando à criança: "Você ficaria o dia todo na escola?"; "Sente que lhe falta algo?". A escola pública serve à grande maioria do povo. Os alunos que vão para a violência não têm outra alternativa e os demais sentem-se perseguidos por essa violência. Juntos, temos que dar uma direção. Nem modificar, nem modernizar, mas atualizar o que está terrível.

Márcia: Isso de violência existe. Na 3ª e 4ª série era sempre a história de "pegar na saída". Depois, com o tempo, é a violência no banheiro.

SF: Que tipo de violência no banheiro?

Márcia: Os meninos urinam numa garrafinha, depois obrigam outro a beber, senão eles batem. É verdade, mãe!

Hain: A violência está existindo, planejada. Planejada!

Gumercindo: Penso que toda a verba que se dedica à educação, hoje, é bem-vinda, dado o estado de carência quase absoluta em que ela se encontra. Mas, numa situação dessa, se dedicarmos verba à escola particular é evidente que será em detrimento da pública. Então, digo, tudo o que vier será bom se a pública não for prejudicada.

Luís: Não concordo. O Estado deveria investir na educação popular, não em escola pública ou particular. Países desenvolvidos têm esse tipo de educação e o jovem pode optar.

Gumercindo: Hoje, a Apeoesp expressa, com muita proximidade, a opinião dos profissionais do ensino público paulista. Por isso, eu diria que eles acreditam na possibilidade de se fazer um bom ensino. O que acham é que as condições estão muito difíceis, ruins mesmo, para isso. Mas podem mudar. Agora, contudo, estamos discutindo um problema da classe média. Do "desastre" de mandar seus filhos para a escola pública. É uma classe que está sendo atingida em seus interesses, no setor social. Porque precisa ter seu filho numa escola que ele não gostaria de pagar para tê-lo lá. As vezes, o ensino nem é sua preocupação básica. A escola é escolhida porque aparece mais na tevê. É uma razão de status. Não é verdade que os pais tenham preferência pela escola particular, a não ser que estejamos falando exclusivamente dos pais da classe média. E quero dizer o seguinte: a escola particular de periferia não é bem equipada, é pior que a pública. Como professor e pai de aluno de escola particular e privada, quero deixar aqui o meu depoimento. Meu filho também preferiu ir para a pública porque nela o ambiente é mais rico, com um número maior de crianças e situações diferentes. Mas também achou falta da "tia", da "paparicação" que existe no colégio particular. E, aproveitando a experiência das crianças e um pouco do que disse o Hain, a escola em nossa sociedade é um instrumento de repressão, seja pública ou não. Senti isso como aluno, depois como professor. Mas temos que focalizar os problemas levantados pelas leitoras...

SF: Algumas reclamaram a inexistência de orientadoras.

Gumercindo: Certo, praticamente não existem na escola pública. Então, estamos falando de pais como a Ninfa, que tirou as filhas de uma escola particular e colocou-as na Alfredo Paulino, que, por estar num bairro de bom nível, é bem equipada. Pelas próprias meninas sabemos que as diferenças sentidas não foram tão grandes. O pior é o autoritarismo. Mas isso também acontece na particular. Aliás, nessa, as dificuldades de organização, tanto de alunos quanto de professores, são bem maiores. Não é por acaso que o movimento reivindicatório do professorado se localiza na escola pública. Na particular, nenhum colega pode discutir seus problemas abertamente. Também não acho que a distância da administração seja a questão. Nesse caso, a universidade particular, que tem a direção muito mais próxima, deveria ser melhor que a USP, considerada uma das melhores da América Latina...

Cristina: A escola pública está procurando um trajeto para se redemocratizar. O Chafic, ao colocar a autoridade toda na pessoa do diretor, quis encontrar uma saída no passado, no diretor à antiga. Mas esse modelinho é inadequado para o momento atual.

Gumercindo: A luta por uma maior participação se traduz, por exemplo, a nível nacional, numa eleição democrática do diretor. O que não acontece em São Paulo por uma razão específica: temos diretores concursados e efetivados e outros aguardando efetivação. Portanto, seria uma reivindicação que, se aprovada, teria de esperar 20 anos, até que se aposentassem. Outra reivindicação é a do Conselho de Escola com poder de deliberação; de podermos ter pais, mestres e determinados alunos decidindo sobre a vida escolar. Não podemos achar que o diretor vai resolver tudo.

Hain: As famílias têm de penetrar na escola. Este é um projeto importantíssimo na educação...

Gumercindo: E a família não vai à escola, hoje, porque não pode decidir. Ela se recusa a ser chamada só para levar o bolo de fubá da festa junina. Também não ir sentir-se "um problema" da escola só porque quer ir até ela. Não digo que os diretores detêm o monopólio do autoritarismo, não. Os professores também são autoritários. A escola é, genericamente, repressora.

SF: A escola particular também reprime, quando faz reuniões de pais e mestres onde cada um fala em particular com os professores, com a diretora. Se houvesse assembleia, e uma das mães dissesse: "Este uniforme é muito caro", outras 200 apoiariam. Mas, como o papo é particular, não quer dizer nada na ordem das coisas...

Gumercindo: Acho que temos de ir à escola entendendo que temos responsabilidade com ela, também. Mas isso não se resolve através de um decreto. A participação deve ser entendida por pais, mestres e pelo diretor, que sempre foi e continua sendo o responsável por tudo o que acontece. Um exemplo: pais e mestres não querem banheiros fedorentos. Reclamam do diretor, que institui a parte da APM. Aí uma autoridade vai para a tevê e grita que o diretor que cobra taxas da APM está exorbitando. No entanto, verbas não vão para a escola. E o diretor, cada vez mais, se torna autoritário. É ele quem convence os mestres a participarem de festinhas para angariar fundos, etc. Se lhe dermos mais autoridade, estaremos remando contra a maré da participação que, eu acho, é onde temos de apostar para resolver os problemas da educação. Então, eu diria aos pais: Vão para escola, enfrentem o professor hostil, o diretor hostil. Mas insistam em tentar resolver os problemas. A classe média, que tem uma experiência de cobrança, deve levar à escola não só o filho, mas uma proposta e uma prática de participação. Faça na pública, ainda que seja na briga, a cobrança que achava seu direito fazer na particular, porque a estava pagando. Aliás, ele continua pagando.

Luís: Já ouvimos que a família tem mais importância na formação da criança do que a escola. E a classe média sabe se organizar. Daí a criança deve se organizar também. O diretor não deve escolher o representante num grêmio, numa associação. E há a questão da forma de se ensi-

nar, os conteúdos que o Estado determina, de cima para baixo... Não adianta conscientizar a comunidade porque, enquanto o professor não participar do processo e for ouvido para mudar a estrutura do ensino...

Gumercindo: Concordo com você.

Luís: E quero colocar que é importante que a comunidade tenha a liberdade de escolher. Por exemplo: se a Maria Lúcia tem filhos estudando num colégio onde o uniforme seja caro, ela deve poder escolher uma boa escola pública ou outra, particular, que não peça uniforme... Daí eu acho que a escola, seja pública ou particular, deve ter subvenção estatal, como em qualquer país que se preze. Para que o pai não seja obrigado a concordar com uma única linha de ensino.

Cristina: Essa é uma tese muito polêmica. O Estado ainda está devendo nessa instituição da educação gratuita para todos. Então eu acho que essa tese, tratando da destinação de verbas, é uma questão muito complicada.

Gumercindo:

Supondo-se que todos os setores estejam satisfeitos. Então se destina a verba para a escola particular. Quem vai gerir essa verba? Aí está o problema. Seria o dono do colégio?

Luís: A comunidade é que vai definir isso, é óbvio.

Leopoldino:

Acho que estamos com posições fixas, pró-escola pública ou particular. Isso não conduz a nada. Não estamos apresentando soluções. O mais importante é a educação como um todo. O que ouvi foi a Mirian dizer que 80% das escolas particulares são fabriquetas de diplomas. Ora, isso me parece uma situação muito grave. Se a Secretaria tem esses dados e comprova-os, tem o direito e o dever de aniquilar essas escolas. Invoco, inclusive, a pessoa do presidente do Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Particular de levar em frente essa acusação. Depois dessa afirmação, eu até pararia o debate. Então, aí está meu depoimento, triste até, porque não estamos procedendo como educadores, nem dando soluções.

Mirian: Eu insisti que falava de escolas de 2º grau e superior. Quem fiscaliza o ensino superior é o MEC, não a Secretaria. Isso poderia ser discutido, seria interessante. Mas, agora, vamos tentar responder às questões levantadas pelas leitoras. As questões da segurança, da sujeira, do autoritarismo, o papel das APMs... Num nível mais amplo, acho que já foi bem colocado que o avanço da escola virá junto com o avanço da sociedade civil, como um todo. Nós podíamos dizer que, ao longo desses últimos 20 anos, ninguém ensinou melhor a violência, o autoritarismo, a repressão, o descalabro, o descuido, do que esse Estado autoritário, militarizado, etc. Descendo ao nível da escola, ainda há uma dinâmica de extremo autoritarismo, que não se revela só no "mandonismo", mas até na simples desconsideração da dúvida do aluno, de não ser levado em conta o fato de ele não estar entendendo, e precisando de uma nova explicação. Para mudar isso, é preciso criar condições para que o diretor e professores se comuniquem melhor com pais e alunos, que não precisarão ter competência técnica para criticar. Um canal é a revisão do papel das APMs, que deve ser socialmente mais significativo. Outro é a instalação de um Conselho de Escola, com uma representação mais significativa dos usuários, que possa discutir não os aspectos técnicos, mas a dinâmica política e social da escola. Para que o pai possa estar lá dizendo que ela não está formando adequadamente. E é preciso auxiliar os funcionários da escola a ter condições de responder pela tarefa de educar. É o treinamen-

to do diretor, para torná-lo mais capaz de administrar e fazê-lo entender que a escola não está sendo "invadida" só porque o pai discute com ele os caminhos da Educação.

SF: Professores que dão aulas nas escolas públicas e também nas particulares agem de forma diferente num lugar e outro. Nas primeiras não aceitam críticas, nas outras escutam-nas. Perguntamos: por quê?

Mirian: Posso completar o depoimento? Quero dizer que, apesar do que se disse aqui — que a classe média aprendeu mais a expressar seus reclamos —, em regra atendo muito maior número de representantes das comunidades da periferia que, organizadamente, vão dizer que a escola está funcionando mal, etc. Diariamente tenho na minha agenda de três a cinco pedidos de atendimento de comunidades que bateram várias vezes à porta do diretor e não foram atendidas. Se sabem onde fica a delegacia (de ensino), batem lá; se não sabem, vão até a regional; se

não sabem, batem na coordenadoria pedindo para falar comigo. E não aceitam ser mandados pra trás.

SF: E você, toma providências?

Mirian: Tomo. Vem a reclamação: é o diretor que está dando pau na cabeça do aluno ou se nega a atender à mãe. O que fazer com uma figura dessas? Que é que você faria? Tomaria medidas adequadas.

Cristina: É que a classe média tem a possibilidade de retorno às escolas particulares. As classes populares não. Na Secretaria Municipal da Educação acontece o mesmo. Outro dia, 60 pessoas de uma comunidade foram reclamar das condições físicas da escola. E bom saber que hoje a população sabe se organizar e pressionar, sem se sentir intimidada.

Luís: Uma coisa: a gente está discutindo uma forma que a Secretaria deveria propiciar para que a comunidade não precisasse bater na Coordenadoria, mas na porta da escola.

Mirian: É uma dupla mão. Durante anos o diretor, quanto mais autoritário e dedo-duro, mais premiado, mais cheio de medalhinhas... De repente, começamos a lhe tirar as medalhas, mas a legislação ainda o está endossando. Quando lhe digo que não pode bater no aluno, ele diz: "Posso porque estou respaldado". Então, tenho de fazer um outro movimento para lhe provar o contrário. O avanço da sociedade civil e o processo da Constituinte nos vão ensinar muito e obrigar o avanço do ponto de vista do Estado.

SF: Não falamos apenas da classe média. Segundo pesquisas, nosso Suplemento atende a todas. Recebemos cartas, tanto de arquitetas quanto de domésticas, que lêem o SF depois que a patroa o leu. E a reclamação quanto às faltas é de todas. E quanto às greves, também. Teve uma que chegou a perguntar por que não são feitas nas férias...

Mirian: É correto que as faltas não acontecem somente na periferia. É preciso, efetivamente, melhorar as condições de trabalho do professor, especialmente o das quatro primeiras séries, o P-1 que, historicamente, é o mais explorado. E estamos discutindo uma proposta que a Secretaria apresentou à rede e dia 31 (maio) às entidades particulares. A melhoria das condições de trabalho e uma jornada mais digna são pontos prioritários.

SF: Isso é viável?

Mirian: No meu entendimento, é. **Luís:** Agora, como conselheiro, membro do Conselho Estadual da Educação, digo que os professores reclamam, pois não são ouvidos pela Secretaria da Educação e outros órgãos. Acho difícil que se

integrem nessa ideologia de ensino se não são chamados a participar. Essa é reclamação constante de professores, diretores, orientadores.

Cristina: Acho que esse é um problema do gigantismo da rede estadual, que tem, hoje, 450 mil funcionários. No caso da Prefeitura, fica mais fácil: nós conseguimos chegar até a escola, para discutir o material que falta, a segurança, a questão pedagógica. Há um esforço da administração nesse sentido.

Luís: Desculpe, mas o supervisor da rede estadual está sempre na escola.

Hain: Vou contar o que as crianças me dizem. Elas se sentem desrespeitadas quando o professor falta. "Não valho nada", pensam e, nessa hora de folga, combinam uma "arte". Achem que vão para a escola à toa. E começa a violência, a revolta, os dramas. É um processo sério. E acho que a APM tem de acabar. Não funcionou. Tem que ser Conselho de Pais ou outra coisa. Já estudei a educação no mundo. Em países democráticos, a educação primária ou as 6 ou 8 primeiras séries é gratuita para todos. Inclusive a particular. Na França, a rede particular é muito grande, mas os professores são do Estado. Quer dizer, os prédios da rede privada são aproveitados. Assim, pode-se dar uma "escola o dia todo" para a criança, pelo menos em São Paulo, onde o alimento já é fornecido para a maioria. E se, depois do primário, o pai quiser pagar o colégio particular, aí ele paga. Hoje nem o primário na escola pública é de graça, pois é preciso contribuir para a APM, o que é muito difícil para muitos. Acho que a escola deve ser pluralista, que o professor pode dar aulas na escola particular, ganhando honradamente pelo governo e acompanhando o programa que a escola privada está estabelecendo. Não é preciso o governo "comprar" a escola particular, mas fazê-la entrar numa rede de educação. É em São Paulo que isso pode acontecer. Na França, já houve problemas entre o governo e a rede particular. Dois milhões de pais foram para as ruas, metade contra e metade a favor do governo. Mas, lá, a rede privada é confessional. É católica ou protestante, tradicionalmente católica. E o Estado socialista queria mudar os programas da escola confessional. Mas, aqui, a rede particular é a mais democrática possível. Então, voltando às minhas crianças, na escola particular não tem ninguém quebrando os vidros. Só faz isso a criança que se revolta porque não está sendo ouvida, respeitada, educada e assim por diante. É porque o professor faltou. Mesmo na periferia, a descarga é contra quem a está afrontando.

Chafic: Dentro desse raciocínio, pergunto a Mirian: por que criaram um quarto período se a rede particular tem cerca de um milhão e 200 mil vagas e as pôs à disposição da Secretaria da Educação? Por que o Estado preferiu abrir um quarto período e construir classes de emergência, até em barracos, e não aproveitou essas vagas, durante o dia? Por que desperdiçar os recursos na construção de prédios e em materiais se as salas de aula, o quadro-negro, as carteiras já estão aí? Basta que coloque o seu professor, sua metodologia. Só conseguimos fazer umas poucas experiências.

Gumercindo: Mas não é bem assim como você está falando... Pelo que me lembro, as escolas particulares queriam vender as vagas ao Estado. Seu posicionamento mudaria se surgisse uma lei que determinasse que as classes ociosas das escolas particulares fossem automaticamente administradas pelo Estado.

Chafic: Certo, nossa posição era essa. Mas a Fundação Carlos Chagas, na época, fez um levantamento e descobriu que, mesmo sem levar em conta o custo da manutenção do prédio, etc., um estudante da rede pública custava, em média, quatro vezes mais do que o aluno da particular. Isso só com custo administrativo, com os professores. Portanto, com o preço de um custearia quatro alunos, sem gastar um centavo para pregar um prego.

Mirian: Quero lembrar que a atual estrutura foi montada não agora, mas numa gestão autoritarista, privatista, que encarregou desnecessariamente o ensino público.

Gumercindo: Nem todas as autoridades têm opinião igual à sua, infelizmente.

O que estamos recebendo da Secretaria da Educação não satisfaz ao professor: o que está sendo proposto piora suas condições de trabalho. Hoje, ele é obrigado a dar aulas para classes de 50 alunos, às vezes até para 20 turmas, para completar a jornada de 40 horas por semana. Então, temos um professor dando aula para mil alunos, corrigindo mil provas, mil exercícios, mil trabalhos. E mais: pode ter mil alunos em duas, três ou mais escolas! Às vezes, em duas ou três cidades diferentes! Então, nem conhece a cara do aluno. E o aluno, que é só um número, não vai poder confiar nele. É preciso uma destinação maior de recursos para a Educação. Podemos traçar os melhores planos, mas, sem esses recursos, nada será resolvido.

Cristina: Quando o Hain deu esse exemplo da França, ele fez a gente pensar... Mas tenho medo de embarcar nesse raeliocínio, porque esse é um país já estruturado, organizado e com alto sentido de cidadania e espírito público. O povo já reivindica o tipo de ensino que quer. Estamos ainda num estágio elementar.

Hain: Mas um dia é preciso começar...

SF: Gostariamos que a Mirian falasse alguma coisa sobre o problema de faltas. E de licenças também.

Mirian: Para mim, está claro que as faltas estão ligadas a um estatuto marcado pela exploração, ao limite, das condições de trabalho do professor. O professor, profissional principal dentro da escola, está muito ligado à desconsideração pela educação, que não é de 20 anos só. Desde que este país existe, ela é um problema secundário. Então, o que acontece? Contraditoriamente, este mesmo estatuto se cola a uma legislação que permite um número enorme de faltas abonadas, justificadas, não justificadas, compensadas. As faltas, efetivamente, esfacelam a escola, tiram dela seu sentido substantivo, ou seja, a relação professor-aluno. A quantidade de licenças realmente choca. Muitas vezes, a própria escola pede-nos que haja interferência no órgão que as concede, para que seja mais severo. E nós temos acionado o Demed (Departamento Médico) para ser criterioso. Mas nem sempre a expedição de licenças é cumprida com zelo. Falta espírito público. A Secretaria não pode refutar o parecer do médico que diz que o indivíduo precisa de licença.

SF: São licenças remuneradas?

Cristina: Sim. E valem para o pessoal efetivo e até para o admitido. Então acontecem coisas assim: um professor ou operacional passa por um exame médico para ser admitido e, um mês depois, outro exame médico lhe dá licença! É mais um problema para a Secretaria. A admissão é um processo relativamente fácil, mas a demissão do funcionário é coisa complicada.

Não podemos retroceder, devemos preservar os direitos adquiridos por uma classe — como a licença da gestante, ou por questões de saúde ou problemas particulares sérios —, mas o que está acontecendo é uma falência da responsabilidade das várias instâncias.

Hain: O mundo da Educação é, prevalentemente, feminino. Muitas das licenças são para gestantes e muitas por causa de doenças dos filhos.

SF: Esse problema existe para qualquer mulher trabalhadora.

Gumercindo: Não, o problema é diferente. A empresa particular até demite a mulher que se casa. Uma professora, gestante, tem 4 meses de licença. Se ela sai e entra outra, grávida como ela, é outra licença dali a pouco. Então, não deveremos contratar só porque está grávida? Ora, o Estado tem que contratar, sim! A maternidade e a criança têm que ter a proteção do Estado.

Luís: Na escola particular, onde tive experiências comodonas estabelecimen-

to de ensino em São Paulo e em Itu, constatei que o professor que ganha mais falta menos. Agora você, como presidente da Apeoesp, que propõe a diminuição das faltas?

Gumercindo: Mais verbas, mais recursos. Reestruturação da jornada de trabalho, com o professor saindo da sala de aula e tendo tempo disponível para a correção de provas, exercícios, etc., num local com espaço e condições para esse trabalho. Então as faltas serão menores.

Mirian: Mas, melhoradas as condições de trabalho, etc., como vamos administrar, juntos, a questão das faltas, que não serão decorrentes disso?

Gumercindo: Não é da natureza do professor, como de nenhum trabalhador, ser relapso.

Luís: Só um aparte: na escola particular, a sanção contra o professor que falta é sua demissão. Já o funcionário público acha que estão desrespeitando seus direitos adquiridos. Eu acho que a punição tem de acontecer.

SF: Será que esses direitos adquiridos não criaram vícios? Nas cartas recebidas, mães e professoras, muitas professoras, afirmavam que não existe diferença entre o profissional de escola particular e o da pública. Existem diferenças entre professores e professores. Alguns são bons (ou maus) em qualquer circunstância. Então, Gumercindo, conseguidas as verbas, as faltas e licenças desnecessárias vão acabar?

Gumercindo: Não, ainda há muita corrupção na rede, favorecimentos. Isso terá que ser combatido pelas entidades, pelas próprias associações, professores, pais, alunos.

SF: De que forma? Você acredita em sanções?

Gumercindo: Acredito. Mas as questões serão colocadas numa outra situação política. O que hoje pode ser uma sanção, amanhã poderá não ser. Teremos outras formas de punir os maus profissionais. Eu não sei quais serão, no momento. Acho que a própria desaprovação do colega responsável já será uma sanção. Hoje, poucos podem criticar o colega relapso, que sempre alegará ter trabalho demais.

SF: Em escolas particulares, a professora sempre é auxiliada por estagiárias que não ocupam lugar do profissional pago. São estudantes de magistério que precisam disso para conseguir o diploma, muitas até fazendo curso superior. A gente tropeça nelas. Na escola pública, elas não têm acesso? Já que as professoras falta tanto...

Gumercindo: Esta não é uma solução. No ensino privado, quando falta uma professora, outra professora a substitui.

SF: Certo, mas a estagiária ajuda. E muito.

Gumercindo: Ajuda. Todos gostariam de ter um professor de inglês, de arte...

SF: Não estamos falando de professores de matérias complementares, mas de assistentes, de estudantes de magistério, que estão ali para tirar xerox, distribuir cadernos, dar um reforço para a criança

que não sabe desenhar o "A". É disso que falamos: por que o Estado não "puxa" para si essas alunas de magistério ou dos cursos de Matemática, Línguas, etc., que precisam dessa carga horária para receber o diploma, para ajudar os professores, que já estão saturados de tanto trabalho?

Gumercindo: O problema é que nós não podemos transformar isso em política. Receio que, de repente, estaremos substituindo o professor por estudantes, quando há tantos desempregados. Uma complementação pode acabar virando substituição.

SF: Na escola particular, não vira. Por que, na pública, viraria?

Gumercindo: Vira, sim. Quantas crianças de pré estão estudando com mocinhas que fazem o normal?

Luís: Então, o que falta é a supervisão. Para exercer a profissão, o professor precisa ser habilitado.

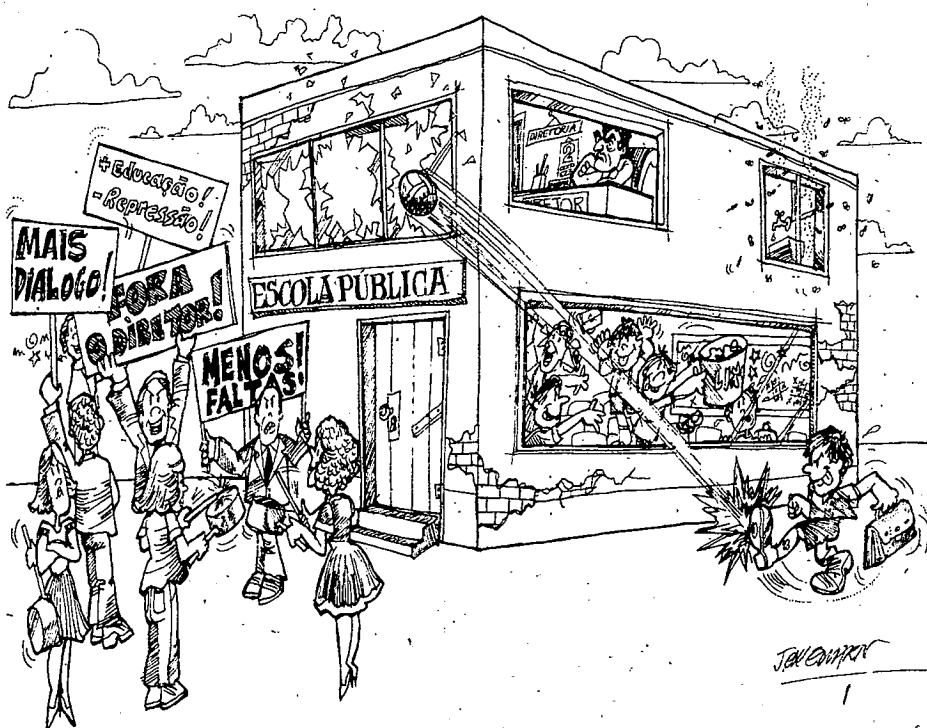
SF: É uma questão para o Sindicato. O que pode, pode. Depois, o estagiário não é pago, vai para a sala de aula porque precisa disso. É uma questão de vigilância de um profissional para outro. Se houver abuso, a classe se une e denuncia.

Luís: Acho que deve haver uma união concreta entre diretores, professores, pais e alunos. Nós vimos isso no último acordo salarial: a mãe participando junto conosco. Então é uma união de esforços. A verdade é que é conveniente para muitos que haja divisão.

SF: Nós achamos que, se os pais devem posicionar-se a favor dos professores, estes também devem vê-los com respeito, aceitar suas críticas, ouvir suas queixas. Então, sim, eles entenderão os problemas enfrentados na escola e pela escola. E quando for preciso gritar por verbas, seja para melhorar o salário ou para qualquer outra coisa, os professores vão contar com um apoio maciço da população. Quer dizer, defendendo o professor, os pais estão defendendo o filho; então, a luta lhes será simpática.

Luís: Agora, acho importante orientar as mães para suas queixas. Quais os canais competentes. Primeiro, a supervisão da escola, se a direção dela não atendeu. Se o problema não foi resolvido, é procurar a Delegacia de Ensino; depois, a Diretoria Regional de Ensino na Cogesp, a Coordenadoria do Ensino no Interior e a Secretaria da Educação e do Conselho Regional da Educação. A comunidade deve saber como dirigir-se às autoridades. O grande público desconhece isso. Dou o exemplo da minha faxineira. Ela tem um filho excepcional. Então, o Estado não nomeou professora especializada, etc., etc. A diretora não quis ouvi-la. Ela me pediu ajuda. Vou levar o processo, pedir as devidas providências da Secretaria. Mas gostaria que a comunidade soubesse como dirigir-se às autoridades.

COMO PARTICIPAR



35 delegacias, é, no Interior, 81). Ainda há outro órgão, superior às delegacias, se estas não resolverem o problema. A Drecap-Divisão Regional de Ensino — sete na Capital e 11 no Interior. Finalmente, o órgão maior para a Capital é a Cogesp-Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo e a CEI-Coordenadoria de Ensino do Interior, para as outras cidades. E, como pode ficar difícil para os pais saberem a qual delegacia ou divisão regional a escola de seu filho está subordinada, ou, ainda, se ele não souber o endereço ou telefone desses órgãos, pode ligar, no caso de escolas da Grande São Paulo, para 220-0611, ramal 290, que obterá todas as informações, ou para o mesmo número, ramal 333, para saber tudo sobre as escolas do Interior.

Nas escolas municipais a mesma orientação, de tentar falar com o professor, em seguida com o diretor, continua válida. Só que os órgãos superiores são outros. Congregando as escolas de uma região existem as Delegacias Regionais de Ensino Municipal — Drem —, cinco ao todo, e, acima delas, a Superintendência de Ensino Municipal — Superme. Quem não souber onde ficam as Drem ou quiser endereço e telefone de alguma delas, basta ligar para 449-4704, que obterá todas as informações.